

# A ESCOLA COMO ESPAÇO DE DESENVOLVIMENTO MORAL

*Ana Paula Pereira de Souza<sup>1</sup>*

**Resumo:** Pensando na escola e no seu papel formador, muitas vezes se questiona a respeito de se a instituição teria o dever de também trabalhar com valores e padrões morais da sociedade, acreditando que esta tarefa seria exclusiva da família. Porém, observando que um dos principais objetivos da escola é a formação para o exercício da cidadania, aparentemente denota-se que, para tal, questionar e compreender os valores morais nos quais se fundamentam a sociedade é preciso. Deste modo, buscou-se nos documentos oficiais ligados ao currículo escolar os objetivos destes referentes a uma formação ética e moral. Além disso, ressaltar pontos da perspectiva de Piaget a respeito de como a moralidade se molda em fases no desenvolvimento do sujeito, para entender o papel da escola neste processo.

**Palavras-chave:** Ensino da ética e moral; Educação para moralidade; Desenvolvimento moral.

**Abstract:** Thinking about the school and its formative role often raises the issue of whether the institution should also focus on society's moral values and standards, when one believes that this task is the exclusive responsibility of the family. However, observing that one of the main purposes of the school is educate for the exercise of citizenship, it seems necessary to question and understand the moral values on which society is founded. Thus, objectives in the official documents related to the school *curriculum* as to an ethical and moral formation were researched. In addition, points from Piaget's perspective on how morality is phased in the development of the subject are highlighted, so as to understand the role of the school in this process.

**Keywords:** Ethics and moral teaching; Education for moral education; Moral development.

## Introdução

A escola, para além de um espaço de construção de conhecimentos ligados a um currículo de conteúdos, é um espaço de integração social. Desta maneira, como expressa Piaget (1994), a escola se apresenta como um espaço onde as noções e conceitos morais, adquiridos até então pelo intelecto da criança, entrarão em prova e questionamento devido ao encontro de valores e culturas entre ela e os demais colegas.

Por certo, na escola, também são instituídas regras e valores morais a serem empregados naquele espaço visando uma boa convivência entre todos e

---

<sup>1</sup> Graduada em Filosofia pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). E-mail: desouza.anapaula@outlook.com.

propiciando a adequação do ambiente ao pleno aprendizado. Sendo assim, pode-se pensar no papel formador da escola, onde um dos pontos é o preparo para o exercício da cidadania. Para isto, levanta-se o questionamento: a escola deveria ser responsável pelo ensino da ética e da moral? Em geral, quando o assunto é tratado, este é remetido à educação dada pelos familiares da criança.

Por outro lado, Piaget (1994) em sua teoria a respeito do desenvolvimento moral denomina três fases pela qual os indivíduos passam até poderem alcançar uma certa autonomia moral. Ao falar sobre a transição da fase da heteronomia para a fase de autonomia, Piaget (1994) estabelece que as relações de cooperação são essenciais para que a criança aprenda a reconhecer o outro em sua cultura, visão de mundo, modo de agir e pensar. Além disso, o autor expõe que é na escola que estas relações de cooperação aparecem com força nas relações que o indivíduo estabelece a fim de refletir sobre as noções e conceitos morais que possui.

Portanto, buscar-se-á, partindo da leitura dos artigos da LDB e dos objetivos dos PCN+, relatar qual seria o papel da escola frente ao ensino da ética e o trabalho com questões morais. Por conseguinte, estabelecer uma ligação entre estes objetivos com a teoria piagetiana de desenvolvimento moral, ressaltando a importância da escola frente a este tema.

## **2. Formação de cidadãos: a moral é algo que se aprende na escola?**

Quando se fala no ensino de valores morais, quase que automaticamente pensa-se que o papel deste ensino cabe aos pais e/ou a família. Desta maneira a escola teria a responsabilidade de ensinar as simbologias, conteúdos e referências para um conhecimento amplo de mundo.

Porém, nas Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN+ é levantada a concepção de que a configuração do mundo atual sofre mudanças que afetam o papel que o educar vem a ter frente a educação escolar (BRASIL, 2006). Deste modo, “mais do que aquele que dirige o processo, [...] cabe ao professor dar condições para que o próprio aluno construa seu conhecimento crítico e se oriente na direção da autonomia da ação.” (BRASIL, 2006, p. 42)

Por conseguinte, na Lei de Diretrizes e Bases - LDB da educação brasileira é exposto em vários pontos a importância que o espaço escolar tem para uma formação do aluno voltada para o exercício da cidadania (BRASIL, 1996). No Art. 2º da LDB, diz-se que

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana,

tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1996).

A formação para a cidadania proposta pela LDB, reforçada no Art. 32 II, diz que o educando precisa compreender o ambiente onde está, no âmbito natural e social, entender os porquês de precisarmos de um sistema político que funcione, o papel das tecnologias e das artes, e, principalmente, os valores que vêm a fundamentar todos estes pontos citados. Isto, pois, em sua formação o educando deve desenvolver o pensamento crítico, fundamentado em ideais de justiça, igualdade e respeito mútuo; compreendendo os limites de sua liberdade e sabendo respeitar a liberdade individual dos outros (LA TAILLE, 2016).

Assim, conforme o Art. 35 III, buscar “o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico”. Sobre isso, os PCN+, apontam que a educação escolar

Mais do que reproduzir dados, denominar classificações ou identificar símbolos, estar formado para a vida, num mundo como o atual, de tão rápidas transformações e de tão difíceis contradições, significa saber se informar, se comunicar, argumentar, compreender e agir, enfrentar problemas de qualquer natureza, participar socialmente, de forma prática e solidária, ser capaz de elaborar críticas ou propostas e, especialmente, adquirir uma atitude de permanente aprendizado (BRASIL, 2006, p. 9).

Especificamente, na área das ciências humanas, os PCN+ apontam como habilidade primordial esta compreensão social e cultural, a fim de os alunos reconhecerem sua própria identidade e terem a sensibilidade cognitiva e afetiva de reconhecer a identidade dos outros e respeitá-la (BRASIL, 2006). Destaca que

Essa competência refere-se às possibilidades de os educandos virem a reconhecer e aceitar diferenças, mantendo e/ou transformando a própria identidade, no âmbito das diferentes relações sociais e representações da cultura das quais são participantes e construtores, no cotidiano do viver em sociedade geral e particular (BRASIL, 2006, p. 29).

Com isto, pode-se destacar o papel da disciplina de Filosofia como grande fomentadora de todas estas questões. Isto, pois, seus conteúdos

trabalham com o desenvolvimento do pensar, do questionar, do contestar, do refletir etc. e, mesmo quando se trata de trazer conteúdos que relatem a história da Filosofia, há brechas para a discussão de valores e saberes. Portanto, “enquanto os temas de ética e cidadania bordejam as demais disciplinas como reflexão transversal, no ensino da Filosofia esses temas podem constituir os eixos principais do conteúdo programático” (BRASIL, 2006, p 43).

### **3. A teoria piagetiana sobre o desenvolvimento moral do sujeito**

Assim como observamos que o sujeito, desde o seu nascimento, passa por uma série de avanços cognitivos, desenvolvendo sua inteligência e capacidades motoras (PIAGET, 2010), esse também tem avanços gradativos ao que diz respeito a moralidade. Conforme a teoria elaborada por Piaget (1994), estes avanços na moralidade se dão de acordo com as capacidades cognitivas. Logo, a compreensão de regras e a sensibilização frente a situações que implicam valores morais se dão de forma diferente de acordo com a idade que o sujeito tem, além, claro, de seus estímulos e vivências culturais do local onde está inserido.

Partido disto, Piaget (1994) divide a concepção de desenvolvimento moral em três fases: anomia, heteronomia e autonomia. A primeira fase, a anomia, corresponde a crianças na faixa etária dos 0 aos 5 anos e possui como principal característica o egocentrismo. Nesta fase, a criança se preocupa apenas em satisfazer os seus desejos e instintos, não possuindo ainda a capacidade de compreensão do outro. Sendo assim, a forma pela qual começa a apreender regras e costumes ligados ao seu entorno se dá principalmente pela experiência. Ou seja, ela precisa vivenciar os danos – como, por exemplo, ao mexer em algo quente nota que é realmente perigoso pois se queimou – e, assim, aos poucos começa a perceber os alertas vindos dos adultos ao repreendê-la o que se pode ou não pode fazer (FINI, 1991).

Na heteronomia, fase intermediária na teoria piagetiana, a criança começa a compreender as regras que lhes são ensinadas, porém não reflete sobre as mesmas: aceita as regras as levando ao “pé da letra”. Durante esta fase que perpassa entre os 5 e 8-10 anos de idade, a noção de bem e mal ocorre conforme o cumprimento da regra. A criança não avalia a situação ou contexto dos fatos, vindo a julgar, por exemplo, que uma pessoa que quebra 10 copos acidentalmente é mais culpada que aquela que quebrou apenas 1 copo enquanto o roubava. Deste modo, ela observa o tamanho dos danos frente às concepções morais que a regra lhe apresenta e sequer sente necessidade de contestá-las, até por que ainda não possui discernimento cognitivo para tal. Outro ponto é que a

criança consegue ter um olhar sobre o outro, pensando sobre os sentimentos que envolvem as pessoas mais próximas dela, porém, sempre que consegue, busca utilizar a existência das regras a seu favor.

Com um pouco mais de maturidade, e a partir das experiências pessoais que vai observando, o estado heteronômico vai dando lugar ao pensamento autônomo. Portanto, após os 10 anos de idade aproximadamente, na pré-adolescência, o sujeito começa a refletir e levar em conta o contexto no qual as ações se dão, compreendendo que, dependendo do caso, as regras devem e/ou podem ser questionadas e flexibilizadas. Com isto, consegue também se desvincular totalmente do seu egocentrismo, sabendo se colocar no lugar do outro.

Por outro lado, Piaget (1994) ressalta que ainda na fase adulta há sujeitos com concepções morais da fase heteronômica. Segundo ele, para que se alcance a autonomia, o sujeito precisa ser preparado para pensar e refletir apenas nos campos que o sujeito vivenciou em sua vida; que o fizeram parar e contestar as regras para compreendê-las melhor e entender seus limites a ações. É deste modo que é possível se ter um sujeito na fase adulta esclarecido em algumas questões morais e, em outras questões, não possuir uma opinião formada ou uma clara compreensão a respeito dela.

#### **4. A escola como espaço de desenvolvimento moral**

Compreendendo a moralidade como um processo que vai se desenvolvendo desde a infância, as mudanças de ambiente e relacionamentos com outras crianças criam novos horizontes para as noções das regras que por ela já estão sendo acomodadas no intelecto (LA TAILLE, 2016). Assim, quando ingressa na escola, a criança passará a testar as noções que já possui a respeito das regras sociais e trabalhar com a visão do outro referente as mesmas regras.

Segundo Piaget (1994) a escola tem um papel importante no processo de transição da criança em sua fase heteronômica rumo a autonomia moral. O ponto crucial está na convivência com outras crianças da mesma idade, no desafio de lidar com as diferenças e no choque de valores e culturas. Com isto, as relações coercitivas vêm, assim como em casa, com o intuito de disciplinar de acordo com as regras a serem seguidas na escola. Com isto, aponta La Taille (2016), que relações deste tipo inicialmente preparam para o reconhecimento do outro, a fim de entender que a liberdade individual possui limites e deve-se buscar respeitar o próximo.

Assim, a escola consegue iniciar as crianças às relações de cooperação que irão reger os relacionamentos daí por diante, sendo a principal fonte de

reflexão sobre a moral pelo sujeito, vindo assim a aprender a pensar por si só, observando as diferentes visões acerca das mesmas questões morais (LA TAILLE, 2016). Segundo La Taille (2006),

O sistema democrático pede a cooperação. Basta verificar quais são suas exigências: levar em conta o ponto de vista alheio, respeitá-lo, fazer acordos, negociações, contratos com o outro, admitir e respeitar as diferenças individuais, conviver com a pluralidade de opiniões, de crenças, de credos etc. Além do mais, pelas características do mundo moderno, somos cada vez mais levados a ter de encontrar e nos relacionar com pessoas de culturas diversas, de formação diversa, de religiões diversas (LA TAILLE, 2006, p. 69).

Todos estes pontos elencados vão ao encontro com os objetivos traçados nos documentos educacionais citados (PCN+ e LDB). Há de se ressaltar que o trabalho com a ética e a moral no ambiente escolar deve visar a formação de cidadãos que, dentro de um sistema social, deverão cumprir desde cedo regras e leis. Assim, aprender a pensar, questionar, refletir etc., a respeito destas regras e leis é importante a fim de fazer com que tal sistema funcione e, sendo a escola uma instituição estatal, acaba por vir a refletir tais ideais.

Além disso, La Taille (2016) ressalta que, sendo a escola então difusora de uma moralidade geral, ou seja, que deve abranger valores padrões ao funcionamento da sociedade, ela passa a ter outro papel também importante: questionar e desmitificar preconceitos. Isso, pois, certos valores morais no âmbito particular muitas vezes não possuem janelas para um questionamento, e estão intrínsecos às constituições familiares e são transpassados quase que de forma automática (a saber o racismo, homofobia, intolerância religiosa, machismo etc.).

Ao trabalhar com a diversidade, se estará trabalhando com o respeito mútuo, com a aceitação do novo e/ou diferente, com noções de justiça e igualdade (LA TAILLE, 2016). Sendo assim, a escola como espaço de relações que tangem a cooperação entre indivíduos pode desenvolver um trabalho que auxilie seus alunos a refletir sobre as questões morais, assim desenvolvendo suas capacidades para uma autonomia em respeito ao seu pensamento moral sobre a sociedade.

### **Considerações finais**

Visto os objetivos previstos na LDB e os objetivos traçados pelo PCN+, pode-se considerar que a escola deveria ser um espaço onde as questões morais da sociedade são trabalhadas, com a finalidade de instruir da melhor forma possível o aluno para o exercício da cidadania. La Taille (2016) chama atenção ao que se refere a escola como auxiliar na compreensão das leis e regras morais da sociedade, não devendo ser entendida como doutrinadora por estar trabalhando com preceitos morais.

Além disso, La Taille (2016) expõe que este trabalho na escola é importante, também, tendo em vista que muitas vezes em casa os alunos não possuem um espaço de reflexão sobre algumas concepções morais, concepções estas que por vezes levam a discriminação e preconceito. Deste modo, por abranger o trabalho com questões morais amplas que estão na legislação da sociedade, o aluno no espaço escolar poderá ter um espaço para rever suas próprias questões morais e ter autonomia moral no seu pensamento acerca destas questões.

Pode-se dizer, conforme Antunes (2010), que a escola precisa se modificar constantemente, pois a sociedade pede por cidadãos com novas visões de mundo. Uma destas visões é o reconhecimento das diversidades e trabalhar com elas é trabalhar noções de respeito, justiça e igualdade que levam ao trabalho com questões ligadas a valores morais.

Piaget (1994) ainda salienta que, para muitos, o primeiro contato com as diferenças de valores e regras morais se dá no ingresso na escola, sendo assim, será lá e sobre os fatos que ocorrem lá que estas crianças começarão pensar a respeito da moral. Desta maneira, a escola deveria se apropriar mais das questões que a envolvem para trabalhar de modo que os educandos possam estar sempre envolvidos em relações cooperativas, para assim desenvolverem mais e melhor suas capacidades de observação, comparação, questionamento, análise, reflexão etc., podendo leva-las a concluir por si só o entendimento das regras e leis e acomodando novas concepções acerca do respeito mútuo.

## Referências Bibliográficas

ANTUNES, C. **Professores e Professores**: reflexões sobre a aula e práticas pedagógicas diversas. 4. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

BRASIL, LDB. **Lei 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br). Acesso em: 24 Out. 2018.

BRASIL, **Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN+). Ciências Humanas e suas tecnologias**. Brasília: MEC, 2006.

FINI; L.D.T. **Desenvolvimento moral: de Piaget a Kohlberg**. Revista Perspectiva, vol 9. CED: Florianópolis, Dez/Jan 1991. pp 28-78.

LA TAILLE, Y. **Desenvolvimento do Juízo Moral e Afetividade na Teoria de Jean Piaget**. In: Piaget, Wallon e Vygotsky: teorias psicogenéticas em discussão. Org: Yves de La Taille, Marta Kohl e Heloysa Dantas. 27 ed. São Paulo: Summus, 2016. pp 47-73.

LA TAILLE, Y. **O Lugar da Interação Social na Concepção de Jean Piaget**. In: Piaget, Wallon e Vygotsky: teorias psicogenéticas em discussão. Org: Yves de La Taille, Marta Kohl e Heloysa Dantas. 27 ed. São Paulo: Summus, 2016. pp 11-21.w

PIAGET; J. **A formação do símbolo na criança: imitação, jogo e sonho, imagem e representação**. 4ª ed. Editora LTC, 2010.

PIAGET; J. **O juízo moral na criança**. 4ª ed. Editora Summus, 1994.